

Lemgruber garante apoio de bancos europeus

Após ter mantido contatos com banqueiros espanhóis, suíços, alemães e franceses, mas antes de avistar-se com os banqueiros ingleses, o que fará hoje, o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, anunciou que está praticamente garantida a adesão total dos 170 bancos para a prorrogação das linhas de créditos comerciais e dos 190 para a prorrogação dos recursos do interbancário.

Ao deixar a Espanha, Lemgruber foi informado que os bancos espanhóis, que até então se mostravam reticentes, estavam dispostos a aderir, o mesmo devendo ocorrer com os demais países. Essa prorrogação será válida a partir do dia 31 de agosto, mesmo se o acordo com o Fundo Monetário Internacional tiver de ser retardado, tendo em vista a disposição brasileira de continuar negociando metas realistas com a instituição.

Segundo Lemgruber, os bancos europeus estão-se convencendo de que o Brasil adotou uma postura correta em relação ao problema da dívida. Fez questão de enfatizar a preocupação de chegar a um acordo com o FMI, evitando cláusulas que impliquem interferência na política econômica doméstica, lucros excessivos para os bancos ou que reduzam o nosso grau de soberania.

O presidente do Banco Central, que viaja acompanhado pelo diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, e pelo diretor de Operações Internacionais, Marcelo Ceylão de Carvalho, disse que tem falado com os banqueiros europeus a respeito da extensão da fase dois, que se refere às linhas de curto prazo. Ao todo, 190 bancos nas linhas interbancárias e 170 bancos nas linhas comerciais. No primeiro caso, apenas oito bancos e, no segundo, sete não haviam ainda aderido.

Ontem, em Paris, Lemgruber fez uma exposição ao vice-presidente do Banco da França, Phillippe Lagayette, e participou de um jantar com os representantes dos principais dos nossos credores franceses: BNP, Société Générale, Crédit Lyonnais e Paribas. A seu ver, não só os banqueiros franceses, mas os europeus em geral, estão reagindo bem à forma como o Brasil está renegociando sua dívida, cuja principal diferença em relação ao passado é o desejo e a insistência do governo de só assinar um acordo com o Fundo Monetário desde que se estabeleçam metas realistas. Após ter proposto um programa de ajustamento fiscal e de reconhecer a necessidade de reduzir o déficit do setor público, o Brasil, segundo Lemgruber, desde março tem a clara preocupação de credibilidade e realismo, o que os banqueiros internacionais parecem compreender muito bem.

Manutenção de soberania

Nas conversações com os banqueiros e quando discute a evolução das negociações com o Fundo Monetário Internacional, Antônio Carlos Lemgruber tem procurado enfatizar que a grande preocupação é chegar a um acordo que não implique uma interferência na política econômica doméstica, que não produza uma redução do grau de soberania nacional e não resulte em lucros excessivos dos bancos. Ele acredita que essa postura tem sido bem recebida pelos banqueiros, mesmo sendo um processo que vai desenrolar-se no futuro, pois, na prática, até agora, apenas foram levantados alguns pontos com os banqueiros internacionais.

O presidente do Banco Central está também convencido, tendo sentido nos seus contatos com diversos bancos europeus, inclusive na área do BIS, Banco para Compensações Internacionais, com sede em Basileia, na Suíça, que não haverá maior problema para atravessar o período de 31 de agosto, pois está evidenciado que o Brasil caminha na boa direção. Citou a necessidade de crescimento da economia brasileira numa taxa não inferior a cinco por cento a ano como uma das metas realistas a que se referiu, pois, se de um lado o governo está preocupado em combater a inflação, do outro "está mais do que preocupado em não

aumentar o desemprego e manter uma taxa de crescimento forte".

Ele cita como outro aspecto favorável às negociações e atuais contatos o desempenho do setor externo da economia brasileira, isto é, as reservas mantidas a um nível alto, 8,2 bilhões de dólares, a previsão de superávit da balança comercial de 12 bilhões de dólares, e o fato de o País estar pagando em dia os juros de sua dívida, acreditando que tudo isso serve de *background* para essa reação positiva dos meios financeiros internacionais.

Antonio Carlos Lemgruber defendeu, entretanto, o monitoramento da economia brasileira, lembrando que o Brasil sempre foi monitorado pelo FMI, pois é um país membro do Fundo desde 1944. Segundo ele, ser monitorado corresponde a permissão de que venham ao Brasil alguns técnicos para preparar um relatório sobre a evolução da economia do País. Quando se fala em monitoramento, isso representa também o desejo dos bancos de que técnicos do FMI visitem anualmente o País. Atualmente, o que se discute é a intensificação do monitoramento, isto é, uma visita desse tipo a cada seis meses. A seu ver, não é possível imaginar que essa ideia possa ser rejeitada, mesmo porque, se isso ocorrer, o Brasil teria de sair do Fundo Monetário Internacional.

Se o monitoramento não chega a assustar o presidente do Banco Central, o mesmo não se pode dizer em relação ao mecanismo do *relanding*. Lemgruber lembrou que é evidente que não se admitirá quaisquer mecanismos que dificultem absurdamente a execução da política monetária e da política fiscal domésticas: "Esse é um assunto que ainda requer discussão com os bancos, mas também discussões domésticas. O mecanismo do *relanding* influencia a política monetária, envolvendo decisões domésticas dos ministérios da Fazenda, Planejamento e do Banco Central. Tudo isso ainda está para ser discutido, pois não se pode admitir um mecanismo que impeça o País de aplicar suas próprias políticas monetária e fiscal".

Negociação política

Indagado sobre a declaração do ministro Olavo Setúbal de que as forças de mercado não mais têm condições de solucionar o problema da dívida e cedo ou tarde haverá uma intervenção das forças supramercado, o presidente do Banco Central preferiu dar uma outra interpretação às palavras do ministro, dizendo que desde 1982 a forma de renegociação da dívida brasileira tem utilizado recursos encerrados, tais como os empréstimos-jumbo de 1982 e 1983. Dessa maneira, Lemgruber disse interpretar as declarações do ministro, lembrando que o objetivo final de renegociação da dívida brasileira é justamente criar condições para que o País possa ter novamente acesso a créditos voluntários. Ele se diz convencido que, ultrapassada a fase formal de negociações com o FMI e com os bancos, montado um acordo mais permanente e plurianual de negociações com os bancos, o Brasil vai ter acesso a recursos voluntários do mercado internacional, empréstimos a longo e curto prazos.

Peru: problemas de caixa

O único comentário que Antônio Carlos Lemgruber admitiu fazer sobre as declarações do presidente peruano, Alan Garcia, lembrando que só tomou conhecimento por alto do teor de seu discurso de posse, é que lhe parece evidente que o problema do Peru em 1985 é de disponibilidade de caixa. Lembrou que o Brasil, em agosto de 1983, teve problemas de caixa e foi obrigado a interromper o pagamento dos juros de sua dívida.

Aparentemente, a seu ver, o Peru está enfrentando um problema semelhante. Só que no Brasil, em 1983, isso pôde ser feito de forma organizada, sem provocar nenhuma perturbação internacional.